



CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS

RECOMPOSIÇÃO SOCIAL
E URBANIZAÇÃO
EM LUANDA

Cristina Udelsmann Rodrigues

CEA - Centro de Estudos Africanos
ISCTE - Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa,
Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, Sala 2N17
1649-026 Lisboa - Portugal
Tel: (+351) 21 790 30 67 | Fax: (+351) 21 795 53 61
URL: <http://cea.iscte.pt> | Email: cea@iscte.pt

Recomposição Social e Urbanização em Luanda¹

Cristina Udelsmann Rodrigues

Resumo

A análise das transformações sociais em Luanda coloca em evidência a manutenção e reforço das redes e grupos sociais baseados na pertença familiar, redes estas cuja construção e forma de funcionamento emana da matriz tradicional. Simultaneamente, geram-se e recriam-se em meio urbano novas solidariedades que conduzem a novas formas de estruturação social. Assim sendo, os estatutos sociais são construídos com base em pressupostos herdados e em novas solidariedades, concorrendo assim para uma estruturação social significativamente híbrida e “mestiça”. Existem contudo aspectos relativos à sociedade urbana e às fontes da estruturação social que convém destacar. Por um lado, a intensidade e o poder das solidariedades e das reciprocidades impulsionam o surgimento de grupos sociais específicos onde se constroem os estatutos sociais e onde eles adquirem significado. Estes grupos e a sua disseminação em meio urbano concorrem para um tipo de estruturação que faz surgir segmentos organizados verticalmente no tecido social, não se evidenciando assim classes abrangentes e organizadas horizontalmente. Por outro, reforça-se o sentido e o significado da urbanidade – a integração, adopção e prática do estilo de vida urbano e normalmente associado à modernidade – que contribui para a diferenciação social de camadas tendencialmente transversais da sociedade. A urbanidade, revela-se em aspectos como a religião, a escolarização, a família ou as actividades económicas e informa as racionalidades e as práticas urbanas. Apesar das transformações sociais historicamente passíveis de delimitação que ocorreram na sociedade luandense, as últimas décadas revelaram existir uma aceleração do processo e a sua análise – embora ainda incompleta e dificultada pela hibridez e pela rapidez da mudança – revela existirem elementos que indiciam as suas tendências.

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| Grupos solidários: família e redes de reciprocidades..... | 4 |
| Urbanidade..... | 8 |
| Conclusões..... | 23 |
| Referências..... | 24 |

Introdução

A análise das transformações sociais não constitui tarefa fácil, muito menos num contexto como o de Luanda das últimas décadas onde a urbanização rápida conduziu a mudanças também elas rápidas aos mais diversos níveis, incluindo a sociedade luandense. Assim sendo, muitas das conclusões aqui apresentadas, com base num estudo empírico realizado em 1999², podem já ter sido alteradas ou registarem-se novas tendências mais

¹ Comunicação apresentada no âmbito do projecto multidisciplinar *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)* do CEA-ISEG-UTL financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, programa PRAXIS XXI/POCTI/FSE-4ºQCA. Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

² A recolha bibliográfica e a construção de hipóteses e metodologias de trabalho teve início em 1998 e a análise dos dados e redacção dos relatórios ficou concluída em Janeiro de 2003. Durante esta última fase foi possível completar e actualizar algumas informações através da pesquisa realizada no âmbito do doutoramento. A pesquisa no terreno implicou a realização de 557 inquéritos e 80 entrevistas a famílias de bairros periurbanos de Luanda (11 de

significativas. A pesquisa efectuada nessa altura e a análise sociológica tiveram como objectivos a caracterização das transformações sociais mais significativas ocorridas na cidade e periferia de Luanda e a identificação de uma tipologia de estratificação social e níveis de urbanidade dos grupos sociais da capital.

O contexto onde ocorrem estas transformações sociais caracteriza-se pelo rápido crescimento da população e do espaço ocupado pelos musseques. Estima-se que em Luanda vivam mais de 3 milhões de pessoas (IDR, 2002)³, sendo muitas vezes referidos valores próximos dos 4 milhões. As causas deste crescimento prendem-se essencialmente com, por um lado, a repulsão das populações de outras províncias devido à guerra que dura cerca de três décadas e, por outro, com a atracção que a cidade continua a exercer em termos de oportunidades. Os principais efeitos desta concentração populacional são o adensamento populacional e o crescimento e expansão dos musseques bem como a degradação geral das condições de vida da população, revelada no agravamento dos níveis da pobreza⁴. Em termos económicos, a par das dificuldades relativas à gestão e ao desenvolvimento da economia e das mudanças de sistema económico dominante que caracterizaram as últimas décadas (FERREIRA, 1999), verifica-se ainda uma diminuição das possibilidades de geração de rendimentos por parte da população causada por esta afluência à cidade, o que impulsionou o crescimento e a expansão das actividades no sector informal⁵.

Perante este cenário, a organização e estruturação sociais assumem novos contornos, fruto das condições objectivas e subjectivas que definem as posições relativas dos indivíduos e dos grupos e resultado das configurações sociais herdadas. Os múltiplos processos de recomposição social que se têm registado em Luanda nos últimos anos podem ser melhor entendidos através da delimitação de pelo menos três fases distintas: o período colonial, o período pós-colonial e de economia centralizada e o período que se consolida com transição para a economia de mercado. Durante estas fases, as transformações sociais são atravessadas fundamentalmente pelo fenómeno da modernidade que condiciona e molda ideologias e práticas e que se revela de forma mais notória nos meios urbanos. A colonização portuguesa representa de uma forma geral a introdução e a disseminação do modelo ocidental e da modernidade, sendo os seus efeitos, na sociedade angolana, de graus diversos e manifestando-se a diversos níveis e de diferentes formas em épocas diferentes. Apesar desta diversidade, este período caracteriza-se essencialmente pela génese e consolidação de grupos sociais em função das suas relações com a colónia. Em Luanda e desde o século XVIII que é assinalada a cooperação das elites africanas com a metrópole, que se aproveitam do comércio atlântico para o fortalecimento dos seus poderes (VENÂNCIO, 1996:188) e, mesmo verificando-se a existência de alguma resistência cultural, esta não foi suficientemente forte para evitar a alienação cultural dos grupos dirigentes que acabam por partilhar a divisão internacional de trabalho da economia-mundo europeia (VENÂNCIO, 1996:188). Desse modo, durante o colonialismo é possível descrever a sociedade luandense como sendo composta por três camadas distintas: os europeus, os africanos e os africanos integrados

Novembro no município do Cazenga, Rocha Pinto no município da Maianga e Boa Esperança no município do Cacuaco) bem como 46 entrevistas a líderes, responsáveis administrativos e organizações várias nos bairros.

³ O censo de 1983 refere uma população absoluta de 923.842 habitantes na cidade (CARNEIRO, 1987).

⁴ Esta tendência, apesar de decorrer há já décadas e desde o período colonial (AMARAL, 1983; AMADO, 1992), acentua-se nas duas últimas.

⁵ 35% dos agregados dependem do trabalho no sector informal (SOUSA, 1996). Ver também ROCHA, 1997.

na colónia⁶. O modelo económico de produção e comercialização introduzido pela colonização é responsável pelas pressões que se fazem sentir essencialmente durante todo o século XIX ao nível das estruturas sociais, embora as transformações não tivessem sido nem abrangentes nem profundas por força da manutenção das estruturas sociais e técnicas tradicionais de gestão política (CASTRO HENRIQUES, 1997). A modernização encontra nas estruturas sociopolíticas que resistem à mudança, um dos principais obstáculos à sua plena adopção, mas os seus efeitos fazem-se sentir a diversos níveis e em termos da recomposição social eles dizem directamente respeito à estruturação segundo o modelo colonial. Ao nível económico e em especial ao nível do trabalho e das relações laborais⁷, bem como no que diz respeito a determinadas estruturas sociais como a família⁸, começa a tornar-se evidente a influência do novo modelo social. Durante todos estes anos de penetração e consolidação do modelo colonial, começam a configurar-se as estruturas sociais que se vão revelar predominantes durante o século seguinte e até à independência. No final deste período, a estruturação social com base no assalariamento é predominante nos meios urbanos e em especial em Luanda e a integração na economia capitalista em geral constitui a base de definição das posições sociais. Consolida-se assim a categorização por parte da administração colonial dos luandenses e dos angolanos em “civilizados”, “assimilados” e “indígenas”⁹ (MESSIANT, 1989), o que estabelece e reforça a posição social de um conjunto específico de elites.

A definição de classes e de grupos sociais em Luanda e a identificação de características comuns que atribuam um posicionamento na escala social depara-se com maiores dificuldades nas duas últimas décadas. Os factores que explicam a existência de situações de difícil definição ou categorização estão relacionados com as transformações provocadas pela guerra (em especial o surgimento de elites ligadas à política e às estruturas militares) e pelas mudanças económicas relativamente rápidas e muitas vezes contraditórias. As estruturas que favorecem o acesso ao poder e permitem a ascensão social atravessam, depois da independência, fases muito diferentes, ora relacionadas com o partido no poder, ora relacionadas com o acesso à *nomenklatura* (ou à estrutura militar), ou com o enriquecimento através da actividade comercial no âmbito da liberalização económica. Estas formas de enriquecimento e ascensão social, não estão bem definidas ou delimitadas e misturam-se e confundem-se no tempo. Ao longo deste período, as solidariedades horizontais de classe não são suficientemente desenvolvidas para que se possa considerar a existência de um estrato senão homogéneo pelo menos cumprindo alguns requisitos gerais específicos. O que parece desenvolver-se, por outro lado, é uma

⁶ Africanos aculturados com cargos no funcionalismo público ou no exército, pumbeiros (que fazem o comércio no interior), trabalhadores agrícolas, artesãos mecânicos (VENÂNCIO, 1996:51).

⁷ Através da passagem do trabalho escravo para o livre (1854) e posteriormente com a obrigatoriedade do contrato de trabalho (1928) é possível verificar uma clara intenção de transformar determinado tipo de relações sociais (em especial aquelas que mais directamente influenciam a gestão e o rendimento do colonizador), como mostra um estudo dos anos 60 e 70 sobre as possibilidades de assalariamento e desenvolvimento da mão-de-obra assalariada: num total de 703.707 indígenas, 387.215 trabalham por conta própria, 192.523 por conta alheia sendo que, portanto, 124.750 “podem ser assalariados” (MATOS, 1944).

⁸ Em meio urbano, as condicionantes espaciais, económicas e culturais impostas pela vida urbana exercem pressões (de graus diferenciados) sobre a solidariedade da família extensa tradicional, sobre o número de filhos, sobre as alianças matrimoniais, entre outros.

⁹ “O assimilado era o africano desenraizado que tinha cortado os laços culturais com a sociedade africana original para adquirir e dominar os hábitos e os costumes dos europeus” (JORGE, 1998:55). Os civilizados correspondem à população de origem europeia (com algumas subdivisões que foram surgindo relacionadas com o facto de o local de nascimento ser a metrópole ou a colónia) e os indígenas aos angolanos que não “atingem” o estatuto de assimilado.

realidade atomizada de grupos constituídos com base em redes de solidariedade. Estes grupos, cuja estrutura se organiza verticalmente, implicam a definição posições e estatutos diferenciados (também eles flexíveis e susceptíveis de readaptações e reformulações) dependentes da capacidade de criar dependências e fidelidades.

Grupos solidários: família e redes de reciprocidades

Estes grupos solidários correspondem, na maior parte dos casos, a famílias no sentido amplo do termo¹⁰. A família em Angola (e em África) constitui desde sempre o grupo unificador das ideologias e práticas dos indivíduos. É no interior deste grupo solidário que se desenvolvem e definem os estatutos sociais mais importantes e onde o reconhecimento, essencialmente ligado à capacidade de gerar e gerir recursos e reciprocidades, adquire uma valorização central por parte dos indivíduos. Embora surjam novas redes de solidariedade em meio urbano, é a rede baseada no parentesco que suporta reciprocidades e trocas de maior importância, bem como é aquela que fornece as bases para a definição de estatutos sociais. Os laços solidários estão na base das actividades de reprodução do grupo e da estratégia de desenvolvimento, de promoção social da família (DEI, 1992:187)¹¹. Para sobreviverem e se reproduzirem, os grupos transportaram, reinterpretando, as regras da solidariedade rural, constituída por múltiplas formas não institucionalizadas de segurança social (DEI, 1992:193), constituindo as mesmas um factor importante de integração na nova realidade urbana porque representam redes de segurança livremente escolhidas (LOCOH:1993:220).

A preponderância das redes de solidariedade com base no parentesco está bem patente na forma como são acolhidos e integrados os familiares em Luanda (através não só do alojamento mas como da ajuda na procura de casa ou terreno, na integração em actividades económicas¹², no financiamento do capital inicial para o desenvolvimento de uma actividade comercial), apesar das contradições que a precariedade actual impulsiona: as condições materiais nem sempre permitem sustentar o imperativo das solidariedades tradicionais, o que em muitos casos constitui factor de enfraquecimento (ou mesmo quebra) destes laços. De qualquer forma, estes casos de ruptura são menos frequentes já que as reciprocidades que a solidariedade familiar implica permitem que a um acréscimo de membros por família corresponda uma potenciação dos recursos à disposição do grupo e não é invulgar que os membros recém-chegados possam rapidamente iniciar actividades geradoras de rendimento e prestar serviços ao grupo. Na resolução de problemas económicos imprevistos e de problemas não económicos, mantém-se a família como principal suporte¹³.

No que respeita a outras redes onde os indivíduos e os grupos se inserem para além da família, há a destacar aquelas relacionadas com as relações de vizinhança, com a religião

¹⁰ Inclui membros por aliança e consanguinidade mas não só: pode integrar membros cuja relação de parentesco seja atribuída voluntariamente. De qualquer forma, são os termos do parentesco e o tipo de solidariedade familiar que definem a sua estrutura e dinâmica.

¹¹ Ver RODRIGUES, 2003a; COSTA & RODRIGUES, 2003.

¹² Especialmente nas actividades comerciais do sector informal que exigem conhecimentos específicos sobre mercados, investimentos, redes informais e pessoais de apoio.

¹³ No inquérito realizado nos bairros referidos, 361 e 288 inquiridos em 557, respectivamente.

e com as relações de trabalho, muito embora a sua importância seja relativa¹⁴. Na maioria dos casos estas redes extra-familiares cingem-se a situações específicas e a sua constituição e reforço estão dependentes da sua pertinência. A maior ou menor importância atribuída às redes de solidariedade extra-familiares está relacionada com a precarização e problematização das solidariedades comunitárias, num clima de contradições e tensões crescentes que caracteriza a realidade africana contemporânea. O alargamento e aprofundamento rápidos do capitalismo deixa sem protecção os mais desprovidos que para fazer face a estas transformações, mantêm, sob formas adaptadas ao novo contexto, os tipos de solidariedades comunitárias (MARIE, 1998:81), antes de conseguirem forjar instrumentos de solidariedade militante do tipo colectivo¹⁵.

As redes de vizinhança possibilitam a resolução de problemas a nível dos bairros (especialmente referentes à segurança) e, em alguns casos a criação de laços pessoais entre indivíduos e famílias de um mesmo bairro podem possibilitar a entreaajuda ou o apoio financeiro¹⁶. As igrejas e as solidariedades entre indivíduos pertencentes a uma mesma religião possibilitam as trocas de serviços e a entreaajuda e a pertença a uma igreja pode, em alguns casos, ser uma forma de acesso aos serviços (médicos, escolares) e infraestruturas (fornecimento de água, electricidade) afectos à mesma¹⁷. No caso dos trabalhadores assalariados ou daqueles ligados a actividades económicas específicas, as reciprocidades verificam-se sobretudo ao nível dos recrutamentos preferenciais, da cooperação em termos de actividades, meios ou clientes¹⁸. Saliente-se contudo que estas formas de entreaajuda e de acesso a outras possibilidades não estão garantidas à partida e apenas pelo simples facto de os indivíduos pertencerem a uma religião, a uma empresa ou habitarem um determinado sector de um bairro. Grande parte dos inquiridos refere não ter apoios financeiros de qualquer tipo (510 em 557) e nas entrevistas este facto é reconfirmado. Tudo depende das capacidades individuais e do grupo de gerar reciprocidades personalizadas. Genericamente, pode-se evidenciar uma importância crescente das solidariedades extra-familiares apenas nos casos onde estas manifestam uma capacidade de assegurar a sobrevivência e a reprodução dos indivíduos. Nestes casos os indivíduos tornam-se cada vez menos dependentes das suas pertenças e das suas identidades comunitárias de origem e integram-se progressivamente noutros tipos de relações sociais de extensão extra comunitária e macro-sociológica. Mas com a crise económica que muitos países africanos atravessam, e que Angola não é excepção, regista-se uma depauperação geral que aviva as pressões para a manutenção dos modos informais das solidariedades micro-sociais (MARIE, 1998: 102). Um único aspecto relativo à manutenção e reforço de um tipo de solidariedade "tradicional" é interessante de referir para o caso luandense: a contribuição através das prestações monetárias (ou mesmo em géneros ou serviços) para um óbito "ultrapassa as fronteiras da rede de parentesco" (ROBSON&ROQUE, 2002:107). A importância das prestações para os óbitos e a participação nos kombas¹⁹ mantêm grande vitalidade e constituem um dos momentos

¹⁴ Esta preponderância das solidariedades familiares, seguida de uma maior importância atribuída à pertença e prática religiosa comum é também assinalada noutras pesquisas (ROBSON&ROQUE, 2002:101), revelando-se as relações de vizinhança pouco significativas.

¹⁵ Caixas de solidariedade, sociedades de assistência mútua, sindicatos, partidos

¹⁶ No inquérito, 73 inquiridos (em 557) dizem contar com o apoio dos vizinhos para a resolução de problemas económicos e 98 contam com este apoio para a resolução de problemas não económicos.

¹⁷ No inquérito, dos 49 inquiridos que dizem receber ajudas e apoios, 16 referem as igrejas a que pertencem.

¹⁸ Também no inquérito, 16 em 49 inquiridos referem as ajudas e apoios resultantes das redes e da integração em determinado tipo de actividade económica.

¹⁹ Cerimónias fúnebres com a duração de oito dias e que implicam a reunião em casa da família enlutada.

onde é visível uma solidariedade mais abrangente, mantendo-se, contudo, central a rede familiar. Embora estas solidariedades fundadas em novos princípios como a vizinhança e a religião comecem, nos últimos anos, a configurar-se e adquiram gradualmente importância e visibilidade, elas não evidenciam o surgimento de uma estratificação horizontal abrangente no que respeita ao conjunto da população de Luanda. Os grupos solidários de base, as famílias, integram-se em redes mais amplas que por sua vez se organizam verticalmente segundo as posições relativas de cada uma delas, segundo a sua capacidade de integração na rede e segundo as capacidades de redistribuição e de estabelecimento de fidelidades.

De entre as redes amplas e abrangentes que é possível destacar em Luanda e que começam a fazer ressaltar um determinado tipo de identidade e diferenciação social, as mais importantes relacionam-se com dois grupos que se passam a descrever. Embora ainda incipientes, o reforço destas solidariedades preferenciais permite esboçar, ao nível dos bairros periurbanos de Luanda e por toda a cidade, a constituição de pelo menos dois conjuntos de maior relevo que ultrapassam as redes baseadas no parentesco e nas relações interpessoais. Estes dois conjuntos correspondem às pessoas cuja origem está relacionada com o Norte de Angola e aos “urbanos”. Embora possa ser identificada a consolidação de redes mais amplas e com um carácter identitário mais abrangente, não é possível estabelecer posicionamentos sociais destas redes em termos de estatuto social²⁰ umas em relação às outras, sendo apenas possível estabelecer redes preferenciais dos grupos mais urbanos com a administração e com as redes do poder central enquanto que o outro grupo (de carácter étnico) revela uma maior capacidade para gerir redes de solidariedade e de reciprocidades ligadas ao comércio internacional (que incluem a República Democrática do Congo) e (embora com menor peso na actualidade) com as actividades relacionadas com a exploração e comércio de diamantes²¹. Para além disso, esta relativa “autonomização” destes dois grupos identificados deixa de fora uma vasta camada de grupos e indivíduos, especialmente os “novos urbanos”²² cujas redes de solidariedade se parecem manter ao nível dos grupos de base familiar.

O grupo que desde há algum tempo se começa a evidenciar e que corresponde, grosso modo, àquelas populações originárias do Norte de Angola, inclui os “regressados” do Congo-Brazzaville e do Congo-Kinshassa, os imigrantes provenientes dessas duas zonas, grande parte das vezes descendentes de famílias emigradas nesses países. Há que referir que em relação a este grupo, a origem étnica, em conjugação com a manutenção de uma identidade reforçada pela partilha da mesma língua e de costumes ancestrais, constituem elementos de base para o estabelecimento e reforço de solidariedades, facto visível na categorização comum (e grande parte das vezes com sentido pejorativo) de “zairenses” (LUKOMBO, 1997). Esta classificação evidencia uma certa coesão e que em termos de práticas corresponde às redes comerciais preferenciais e intensas. A constituição de uma identidade com base étnica parece, no entanto, ser característica marcada apenas deste grupo já que mesmo em zonas ou bairros onde predominam populações de determinada

²⁰ Entendido no sentido weberiano da distinção através de precedências baseadas na honra, no exercício de poder e no acesso a recursos de consumo.

²¹ Ver a este propósito os trabalhos de P. DE BOECK.

²² Confirmar, a este propósito, a possibilidade de encontrar elementos específicos relativos a este grupo no que respeita à organização espacial e às habitações (RAPOSO&SALVADOR, 2003).

origem, o mesmo não acontece²³. Ou seja, embora os laços relativos à origem étnica comum possam traduzir-se em solidariedades mais intensas entre grupos restritos, confundindo-se ou correspondendo na maior parte das vezes às famílias, a constituição de uma identidade com base na origem bem como a tradução desta identidade em reciprocidades mais alargadas e transversais aos grupos restritos encontra expressão, em Luanda, apenas entre as populações oriundas do Norte de Angola.

Um outro grupo social que se evidencia e reconfigura ao longo dos últimos anos, corresponde às populações mais integradas na cidade e no modo de vida urbano. Herdando das estruturas sociais coloniais certas características como os hábitos, a língua, o tipo de consumos, as formas de reprodução social tipicamente urbanas e modernas (como o assalariamento e a escolarização), este estrato consolida, na actualidade, a sua identidade e contribui para a diferenciação social de uma forma acentuada. A antiguidade que funciona como factor de coesão entre as famílias que mais cedo se estabelecem em Luanda (ou que desde sempre aí viveram), coloca em evidência uma relativa maior facilidade de estabelecer solidariedades e reciprocidades entre estas populações mais antigas. Neste grande grupo incluem-se os antigos “assimilados”, os comerciantes e artesãos mais antigos, os trabalhadores assalariados e funcionários públicos, as pessoas e famílias ligadas às estruturas administrativas e ao partido no poder: sobas, elementos da administração municipal, das comissões de moradores, das organizações políticas (OMA, JMPLA, sindicatos). Pode considerar-se que estas famílias (ou pelo menos a maior parte dos seus membros) se instalam na cidade até aos anos 80 e o seu maior grau de integração nas estruturas referidas revela a importância que assume este factor como elemento de carácter identitário. Os próprios estilos de vida, mais urbanos, embora não possam ser considerados elementos de categorização e de estratificação rígida dos grupos e dos indivíduos, constituem “pistas e sinais” que identificam pertenças sociais e identidades específicas (MITCHELL, 1987).

A ideia repetidamente veiculada nos mais diversos círculos e pelos próprios habitantes é que a migração e a fixação em Luanda implicam a integração de novos valores e práticas urbanas, diferentes daqueles das sociedades de origem. Esta premissa está patente na adopção rápida da língua portuguesa, utilizada por todas as pessoas das diversas origens, na adopção de hábitos alimentares e de consumo, entre outros, tipicamente urbanos. Contribui também para a facilitação da integração social a adopção crescente de novas religiões e a participação em igrejas marcadamente urbanas e a integração em associações, nomeadamente os grupos culturais e desportivos (KASACK, 1996). Em suma, as redes de solidariedade com maior importância em Luanda são as que se fundam nos laços familiares. A um nível mais abrangentes, os indivíduos e famílias desenvolvem reciprocidades e solidariedades com elementos pertencentes ao mesmo bairro, praticantes da mesma religião ou com os quais desenvolvem actividades económicas. Estas redes e a sua estruturação permitem conceber a realidade social luandense como um conjunto atomizado de grupos onde as trocas e reciprocidades são mais intensas. A um outro nível e com um carácter mais abrangente e com tendência a integrar vastas camadas horizontais, destacam-se dois grupos sociais: um baseado na origem comum (do Norte) e o outro na integração urbana.

²³ No bairro Boa Esperança, onde se concentra um número significativo de populações de origem ovimbundo (do Planalto Central), regista-se a “ausência de solidariedade entre vizinhos e a relutância em participar em actividades de interesse colectivo” (ROBSON & ROQUE, 2002: 128). Muitas vezes esta relutância é justificada através da repressão exercida sobre este grupo específico dadas as suas ligações à UNITA.

Urbanidade

As cidades em África são, desde a sua origem, ponto de contacto entre duas sociedades estranhas uma à outra: uma, caracterizada pelo individualismo dando primazia aos bens materiais e outra dando prioridade ao espírito comunitário, ao peso da “tradição”, à solidariedade da linhagem, do clã, do grupo étnico. Nasce, com este contacto, uma civilização de natureza ambígua: “...os novos urbanizados não rompem inteiramente nem com as suas aldeias nem com o seu modo de vida e chegam mesmo a conservar esse modo de vida no novo quadro da sua existência; situação transitória para alguns mas para outros é uma resposta adaptada às suas dificuldades de inserção ou de existência, uma espécie de protecção mínima contra a incerteza do amanhã” (VENNETIER, 1991:228).

As cidades africanas veiculam referências emanantes do meio rural e reformulam-se de uma forma específica (DOZON, 1981:389). O processo de urbanização e de recomposição social é um processo que implica a longa duração no tempo e a simultaneidade de permanências e rupturas. A urbanização implica, em simultâneo, um movimento no sentido da adopção de novos modelos sociais e culturais, grande parte das vezes mais próximos dos modelos ocidentais e influenciados pelo fenómeno da globalização. A “modernidade” que estes novos modelos transportam pode ser definida como referindo-se “...às instituições e modos de comportamento estabelecidos primeiramente na Europa pós-feudal, mas que no século XX se tornaram crescentemente mundiais no seu impacto”. (GIDDENS, 1997:13). As dimensões da modernidade incluem a industrialização e o capitalismo (implicando mercados concorrenciais e a mercadorização da força de trabalho) e produzem formas sociais distintas (GIDDENS, 1997:13). Assim definida, a modernidade é essencialmente uma ordem pós-tradicional²⁴. As transformações que as tendências globalizadoras impulsionam em África tornam-se mais visíveis nos meios urbanos. Em todo o caso, fruto do entrelaçar de eventos e relações sociais do sistema global com os contextos locais, assiste-se por vezes à criação de sínteses originais e intermédias. A cidade africana é um espaço de sociabilidades novas onde se constrói – nalguns contextos mais do que noutros – uma sociedade civil com relativa autonomia em relação ao Estado²⁵ (até hoje não registada em África), onde se desenvolvem actividades informais relativamente independentes do controle do Estado (embora organicamente ligadas aos sectores modernos e estatais), uma vida associativa dinamizada por outro tipo de solidariedades diferentes das comunitárias (associações de crédito, de bairro, de pais, sindicatos, partidos políticos), onde se criam novos modos de consumo a vários níveis, crescem as religiões do tipo adesão-conversão individual, assiste-se ao despertar democrático e aspiração a outras formas de solidariedade, nomeadamente através da

²⁴ “A modernidade manifesta-se através da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento da economia de mercado, do desenvolvimento das classes sociais, da concorrência e luta social, do aparecimento do Estado burocrático, da dominação da racionalidade científica sobre a racionalidade simbólica, da dominação da razão universal sobre os saberes locais, da dominação das identidades funcionais sobre as ontológicas, da dominação da temporalidade histórica e cumulativa da história quente sobre a temporalidade mítica e cíclica da história fria” (MARIE, 1998).

²⁵ “Nas cidades [africanas], aumenta e já está em marcha uma sociedade civil urbana para a qual contribuíram a precariedade das condições de existência e o funcionamento do Estado-providência à africana do tipo clientelista cuja falência se atribui à incapacidade de alimentar a redistribuição que o legitima” (MARIE, 1998:99). Se esta proposição pode ser verdadeira para uma grande parte dos países africanos, em Angola não se verificam este tipo de processos, muito embora seja inúmeras vezes questionada a capacidade actual de redistribuição do Estado e se mantenham as incógnitas quanto à capacidade de o fazer no actual ambiente de “pós-guerra”.

denúncia das formas comunitaristas do político (MARIE, 1998). As transformações ocorrem a diversos níveis: económico, social, cultural, religioso, político. A nível social, as principais transformações referem-se à recomposição social que tende a definir grupos sociais abrangentes e estruturados hierarquicamente e aos processos de individualização tendencial. A modernidade, através do reforço do mercado, através dos processos de urbanização, através da introdução do Estado e das contratualizações formais, gera mudanças em termos dos grupos e dos indivíduos. Estas transformações têm sido, até agora, contrariados e contidos pela funcionalidade das solidariedades comunitárias e pelo domínio das solidariedades sociopolíticas tipo clientelista que em Angola são também predominantes. Com a degradação destas solidariedades, emerge o indivíduo como sujeito e as classes sociais estruturam-se a partir de novos padrões.

A urbanidade pode ser entendida como o grau de incorporação de racionalidades e práticas urbanas. As definições daquilo que constitui o modelo urbano são feitas e dadas pelos próprios actores. A incorporação de novos valores e práticas urbanas não é um fenómeno pleno nas sociedades africanas, nem mesmo em meio urbano. Em Angola encontram-se situações mistas, que inter cruzam elementos quer “modernos” quer “tradicionais” em várias áreas. Estas soluções de compromisso, no entanto, não são apenas o resultado de uma vontade de manter e cultivar hábitos e práticas ancestrais mas é também resultado da impossibilidade de, em algumas áreas, aceder aos modos de vida e às estruturas urbanas (nomeadamente o ensino, a segurança social, as infraestruturas modernas). Esta impossibilidade torna difícil a definição daquilo que constituem as aspirações e necessidades das populações inseridas em meio urbano já que nem sempre se traduzem em práticas efectivas, sendo apenas possível aceder a este conhecimento através dos discursos sobre aquilo que constituem as aspirações das populações urbanas. E, neste âmbito, é recorrente a eleição de modelos e modos de vida marcadamente urbanos e modernos como aqueles que justificam os esforços diários de educação dos filhos, a migração para a cidade, a procura de melhores condições de vida. Em todo o caso, os graus de acesso a estruturas urbanas, a transformação dos hábitos e a inserção urbana, criam diferenciações entre os indivíduos e entre os grupos. Estas diferenças tornam-se evidentes na análise das actividades económicas, das famílias, da religiosidade, da escolarização, das habitações. A estes indicadores é possível adicionar outros mais visíveis (mas no entanto de mais difícil definição) para a análise da urbanidade, como por exemplo o vestuário e a moda (DORIER-APRILL, 1998:67), os locais onde são feitas as refeições (DORIER-APRILL, 1998:73), os divertimentos urbanos (DORIER-APRILL, 1998:76), as transformações nas relações de género, entre outras. Ou a análise da moda, dos ritos funerários, da elegância, do desporto, da música, da sexualidade, dos tipos de modelos conjugais (GESCHIERE, 2000; MBEMBE, 2000).

Tendo em linha de conta os indicadores acima enunciados e a partir dos quais foi construída a investigação e estruturado o trabalho de terreno realizado no âmbito deste projecto, analisam-se, as actividades económicas, as tendências em termos de religião, a língua adoptada pela maioria dos cidadãos, a escolarização, a família e a habitação²⁶, de forma a colocar em destaque as diferenciações entre indivíduos e entre grupos que concorrem para a configuração de uma estruturação social com base em diferentes graus de integração e adopção da urbanidade. Existem, no que diz respeito a estas variáveis, tendências urbanas globais (ou seja, que se verificam em quase todos os outros contextos

²⁶ Este último aspecto constitui o centro de toda a análise contida no relatório sobre a urbanização (RAPOSO & SALVADOR, 2003).

urbanos a nível mundial) que podem ser tomadas em consideração como por exemplo o aumento do nível de escolaridade, o assalariamento, a redução do número de filhos por casal, a nuclearização das famílias. Estas tendências não são, contudo, evidentes em Angola e em Luanda (como por exemplo o crescimento económico LOPES et. al., 2003), e a pertinência deste tipo de análise reside precisamente na identificação dos novos modelos e tendências que surgem fruto quer das estruturas sociais herdadas quer dos novos modelos e constrangimentos que concorrem para a criação de composições sociais de cariz misto, híbrido e sincrético. Existe a tendência para que a os indivíduos que há mais tempo habitam a cidade incorporem hábitos, lógicas e práticas urbanos. Uma permanência mais longa na cidade indica uma maior inserção em termos de lógicas e práticas no sistema urbano. As pessoas adoptam e adaptam modos de vida, consumos, práticas às novas realidades que se lhes apresentam. Apesar de toda uma série de resistências individuais, de constrangimentos reais e objectivos para aceder ao modo de vida urbano, de intermitências relativamente ao tempo efectivo de inserção na vida urbana (pense-se nos vaivéns entre o meio rural e urbano resultantes quer de múltiplas decisões de migração/regresso condicionadas quer pela guerra quer pelas transformações socioeconómicas) ou do grau de urbanidade anterior à migração para a capital (muitos dos migrantes na cidade de Luanda são oriundos de outras cidades angolanas²⁷), são os indivíduos e famílias que estão há mais tempo a residir na cidade que em maior grau incorporam a urbanidade. A análise realizada nos bairros coloca em evidência a elevada percentagem de pessoas que migraram para a cidade depois de 1975, ano da independência (67%). 15% vieram antes dessa data ou sempre viveram em Luanda e 17% dos inquiridos vem para a cidade após 1992, ano das eleições multipartidárias.

Data de chegada a Luanda de todos os membros dos agregados (inquéritos)

| | Antes de 1975 | | Entre 75 e 92 | | Depois de 1992 | | NS/NR | Total |
|---------------|---------------|-----|---------------|-----|----------------|-----|-------|-------|
| Boa Esperança | 95 | 8% | 762 | 62% | 350 | 29% | 15 | 1222 |
| Rocha Pinto | 207 | 11% | 1409 | 74% | 281 | 15% | 5 | 1902 |
| 11 Novembro | 331 | 33% | 590 | 58% | 74 | 7% | 23 | 1018 |
| Total | 633 | 15% | 2761 | 67% | 705 | 17% | 43 | 4142 |

Nas entrevistas os valores percentuais são algo diferentes: 30% dos entrevistados sempre viveu em Luanda ou vive aí desde antes da independência, 36% chegam nos anos entre a independência e 1992 e 20% após 1992. A principal diferenciação que ressalta da análise destas datas e períodos de migração para a cidade reside, como seria de esperar, numa tendência para que nos bairros mais antigos habitem pessoas mais cedo integradas na cidade e, conseqüentemente, que mais cedo adoptaram e adaptaram os modos de viver e pensar à vida urbana. As datas de migração dos entrevistados do Boa Esperança são mais recentes enquanto que no Rocha Pinto ou no 11 de Novembro encontramos pessoas que mais cedo vieram para Luanda. No Boa Esperança são predominantes os agregados cujos chefes de família migraram para a cidade depois da independência e em especial nos anos mais recentes. No Rocha Pinto e no 11 de Novembro, encontramos essencialmente pessoas que sempre viveram ou que vivem em Luanda desde antes da independência.

Períodos de migração para Luanda (entrevistas)

²⁷ Uma boa parte dos migrantes ou são originários de outras cidades angolanas (MONTEIRO, 1973:136), ou residiram anteriormente noutros centros urbanos fora de Angola (especialmente em Kinshasa), o que pode ter implicado uma prévia adaptação à vida urbana.

| | Antes de 1975 | | Entre 75 e 92 | | Depois de 1992 | | NS/NR | Total |
|---------------|---------------|------------|---------------|------------|----------------|------------|-----------|-----------|
| Boa Esperança | 2 | 7% | 13 | 46% | 10 | 36% | 3 | 28 |
| Rocha Pinto | 11 | 42% | 8 | 31% | 2 | 8% | 5 | 26 |
| 11 Novembro | 11 | 42% | 8 | 31% | 4 | 15% | 3 | 26 |
| Total | 24 | 30% | 29 | 36% | 16 | 20% | 11 | 80 |

Um dos aspectos mais marcantes relativo à adopção do modo de viver urbano diz respeito à utilização generalizada da língua portuguesa. O português tende a dominar e a constituir um elemento não só dissipador das diferenças mas também um indicador do nível de urbanidade dos indivíduos. As línguas que os indivíduos aprenderam a falar com a família e nas zonas onde residiam, apesar das suas origens diversificadas, são substituídas pelo português na cidade e é esta última que é ensinada aos filhos.

Língua materna (entrevistas)

| | Kimundo | Umbundo | Kikongo ²⁸ | Lingala ²⁹ | Português ³⁰ | Tchokwe | NS/NR | T |
|---------------|-----------|----------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|----------|-----------|-----------|
| 11 Novembro | 8 | 1 | 8 | 2 | 2 | 1 | 4 | 26 |
| Rocha Pinto | 6 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 14 | 26 |
| Boa Esperança | 7 | 4 | 5 | 2 | 1 | 0 | 9 | 28 |
| Total | 21 | 8 | 16 | 4 | 3 | 1 | 27 | 80 |

Refira-se que a totalidade dos entrevistados fala português e que os que referem ser o português a língua materna não aprenderam a falar outra. Como segunda língua entre os inquiridos aparece o kikongo, o que se coaduna com o facto de a maior parte dos inquiridos ser originária das províncias do Norte de Angola. Naturalmente, seguem-se as línguas kimundo e, ainda com alguma expressão, o umbundo. Os dados do inquérito, por seu turno, colocam em evidência o predomínio de indivíduos oriundos do Norte do país (em especial no Rocha Pinto) e uma relativamente fraca percentagem de chefes de agregado familiar cuja língua materna é o português. Em todo o caso, há que ressaltar que os dados aqui apresentados se referem à língua dos chefes de família e que, portanto, não coincidem com uma tendência observada ao nível da capital e muito menos em relação às gerações mais novas. O IDR 2001 aponta para uma percentagem de 59,8% de pessoas inquiridas em Luanda que aprenderam a falar em português, contra 9,6% em kimundo, 8,8% em umbundo, 5,3% em kikongo e 5,1% em cuanhama. Estes valores, comparados com os obtidos em 1997 (MICS, 1997:29), revelam algumas alterações nas percentagens relativas às línguas maternas. Em 1997, 46,4% tinham aprendido a falar em português, 18,2% em kimundo e 3,8% em kikongo. A utilização da língua portuguesa em Luanda é o indício mais característico do fenómeno da inserção urbana³¹ e da utilização de uma língua comum que permite a comunicação entre a maior parte das pessoas, independentemente da sua origem étnica e entre a população e a administração. Ou, como era referido em relação ao período antes da independência, reflecte uma certa "ocidentalização" (MONTEIRO, 1973:331).

²⁸ E Lingala e Kikongo (um caso no Boa Esperança).

²⁹ E Lingala e Francês.

³⁰ E, num caso, Português e Francês.

³¹ Confirmar ainda a afirmação de que umbundo é a língua característica dos meios rurais (MICS, 1997:29).

Língua materna (Inquiridos, chefes de agregado familiar)

| | 11 Novembro | Rocha Pinto | Boa Esperança | Total |
|-----------|-------------|-------------|---------------|-------|
| Kimbundo | 54 | 50 | 28 | 132 |
| Umbundo | 3 | 23 | 62 | 88 |
| Ngoia | 3 | 4 | 2 | 9 |
| Kikongo | 50 | 135 | 65 | 250 |
| Tchokwe | 1 | 14 | | 15 |
| Português | 10 | 9 | 3 | 22 |
| Francês | | 2 | | 2 |
| Lingala | | 4 | 2 | 6 |
| Nganguela | | 1 | 1 | 2 |
| Cuanhama | | | 1 | 1 |
| Luvale | | 2 | | 2 |
| Crioulo | | 1 | | 1 |
| NS/NR | 8 | 10 | 9 | 27 |
| Total | 129 | 255 | 173 | 557 |

Se os indicadores do tempo de permanência na cidade e a adopção da língua “urbana” colocam em evidência certas tendências no que diz respeito a novas práticas, eles revelam também que a transformação é feita de compromissos e articulações que concorrem para uma realidade urbana mista, sincrética. Analisados outros aspectos mais pormenorizadamente, é possível descobrir que as formas mistas, a hibridiz dos modelos e a intersecção caracterizam, de uma maneira geral, as práticas e as racionalidades urbanas actuais.

No que diz respeito às actividades económicas, predominam a pluriactividade, o informal e a terciarização da economia urbana. Nesse sentido, a urbanização em Luanda não corresponde ao modelo clássico e de tendência global que se verifica noutros contextos urbanos e mesmo a terciarização da economia apresenta a particularidade de não ser resultado de uma libertação da mão-de-obra dos sectores primário e secundário devido ao desenvolvimento técnico e tecnológico mas sim corresponder a actividades de pequena escala, de prestação de serviços e comércio essencialmente associadas à subsistência. O sector informal absorve grande parte da população economicamente activa, a indústria não se encontra desenvolvida e os níveis de desemprego no sector formal são elevados. Assim sendo, a tendência “urbana” real em Luanda implica práticas diferentes daquelas tidas como modelo urbano e mesmo diferentes da percepção que os indivíduos têm do que é uma actividade tipicamente urbana³² e à qual possivelmente teriam acesso através da migração para a cidade. A pluriactividade é prática comum³³, muito embora tanto os entrevistados como os inquiridos elejam uma actividade ou uma profissão como principal.

³² Esta percepção tem sofrido algumas alterações, desde a colonização, passando pelo regime de economia planificada e abrangendo a fase das reformas económicas recentes (RODRIGUES, 1997). Em todo o caso, a actividade formal assalariada corresponde à referência em termos de urbanidade que atravessa todos estes períodos.

³³ Note-se que este dado, relativamente às famílias inquiridas é difícil de obter e que apenas a entrevista aprofundada permitiu perceber a dimensão e abrangência do fenómeno bem como os principais contornos e as práticas específicas que ele implica.

A esta, normalmente junta-se outra ou outras que, muitas das vezes, constituem inclusive a principal fonte de rendimento. Entre os entrevistados, apenas 17 em 80 afirmam desempenhar uma única actividade económica e formal. A pluriactividade implica a combinação de actividades formais e/ou informais de forma cumulativa e complementar. Esta articulação e simultaneidade em termos individuais de actividades económicas é ainda mais importante em termos de famílias. As entrevistas fornecem dados bastante numerosos sobre a participação pontual ou parcial em outras actividades geradoras de rendimento por parte dos membros das famílias, actividades estas que podem ser compartilhadas e/ou co-geridas por outros membros da família.

Uma outra característica da economia urbana prende-se com o predomínio das actividades no sector informal. Cinquenta entrevistados (63%) desempenham actividades no sector informal enquanto que apenas quinze exercem actividades no sector formal (19%). O sector informal engloba actividades de cariz muito diverso (LOPES et. al., 2003) e refira-se a distinção entre as actividades pontuais ou a tempo parcial (os biscates) e aquelas profissões ou actividades ligadas ao artesanato ou à prestação de serviços e que correspondem a uma certa especialização ou ao sector informal "tradicional" em meio urbano mas que, de qualquer forma, não se desenrolam num quadro legal e fiscal oficial e formal.

Actividade económica formal e informal (Inquéritos, totalidade dos membros dos agregados)

| | Frequência | Percentagem | Percentagem só com as respostas válidas |
|-----------------------|------------|-------------|---|
| Formal | 147 | 3,6 | 21,6 |
| Informal | 534 | 13,0 | 78,4 |
| Não sabe/não responde | 3414 | 83,4 | 100,0 |
| Total | 4095 | 100,0 | |

A par com o peso mais significativo que o sector informal tem no conjunto das actividades geradoras de rendimentos, regista-se uma tendência para a redução do número de assalariados.

Profissão e profissão anterior do chefe do agregado familiar (Inquéritos)

| | |
|---|-----|
| Chefes de família assalariados | 188 |
| Chefes de família anteriormente assalariados | 239 |
| Chefes de família que trabalham por conta própria | 318 |
| Chefes de família que anteriormente trabalhavam por conta própria | 232 |

Esta diminuição do assalariamento tem várias explicações que passam essencialmente pela redução em número das empresas formais em Luanda, e pelo decréscimo da actividade industrial; pelos baixos salários e pelos licenciamentos na administração pública; pelos maiores rendimentos proporcionados pela actividade no sector informal. Os dados do IDR de 2001 são, por outro lado, esclarecedores quanto ao emprego global em Angola. Os resultados provisórios que indicam que apenas 27,2% dos indivíduos inquiridos que têm uma actividade, revelam que em termos de emprego no sector formal as hipóteses são quase nulas³⁴. Os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores

³⁴ Note-se que a definição de emprego está relacionada com o sector formal e com a detenção de uma profissão ou ofício. Nestes resultados importa ainda destacar uma diferença entre géneros: 87,5% das mulheres não detêm uma profissão ou ofício enquanto que 45,6% dos homens estão em igual situação.

familiares não remunerados perfazem 60% dos detentores de uma profissão ou ofício, o que revela também que o sector informal é claramente dominante. Dos detentores de profissão ou ofício (no IDR), 51,1% são trabalhadores de produção das indústrias extractivas ou transformadoras ou condutores de máquinas fixas de transporte, carpinteiros, electricistas, mecânicos, condutores de automóveis, táxis, autocarros, etc., 28,6% pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas ou similares, 6,1% pessoal administrativo e trabalhadores similares e 4,7% pessoal do comércio e vendedores. O sector empresarial absorve 23,4% dos ocupados, a Administração Pública 10% e os empresários/empregadores constituem 3,5% do total dos inquiridos nesta categoria.

Profissões segundo o CAE (inquéritos)³⁵

| | 11 Novembro | Rocha Pinto | Boa Esperança | Total |
|--------------|-------------|-------------|---------------|-------|
| A | 7 | 2 | 11 | 20 |
| B | 1 | 1 | | 2 |
| D | 22 | 22 | 23 | 67 |
| F | 8 | 20 | 17 | 45 |
| G | 22 | 53 | 59 | 134 |
| H | | 1 | | 1 |
| I | 13 | 32 | 7 | 52 |
| J | 1 | | | 1 |
| K | 4 | 10 | 3 | 17 |
| L | 16 | 52 | 15 | 83 |
| M | 5 | 13 | 3 | 21 |
| N | | 3 | | 3 |
| O | 4 | 6 | 3 | 13 |
| P | 1 | 2 | 1 | 4 |
| Q | | 1 | | 1 |
| Total | 104 | 218 | 142 | 464 |

Através dos dados obtidos nos bairros através dos inquéritos, nota-se que existe um predomínio claro das actividades do sector terciário (58%) enquanto que 16% das actividades económicas se incluem no sector secundário e 4% no primário. Nas entrevistas estas percentagens são algo diferentes: o terciário corresponde a 77%, o secundário a 5% e o primário a 4%. No entanto há que ressaltar que em relação às entrevistas o número de entrevistados é mais reduzido o que pode conduzir a estas diferenças percentuais. Sabendo que o sector industrial e da construção é muito reduzido em Luanda e que as actividades do sector primário nas cidades não têm espaço para se desenvolverem³⁶, é natural que o sector de actividade predominante seja o terciário, em especial ligado ao comércio. O inquérito revela ainda alguns dados interessantes no que respeita a divisão por género das actividades económicas. O número de homens é claramente superior na indústria, na construção, na administração pública e nos transportes e as mulheres, por seu turno, são-no claramente no comércio a retalho.

³⁵ Na classificação abaixo, foram consideradas as actividades segundo as designações da Classificação das Actividades Económicas (CAE, INE, 1997) de Angola e que dizem respeito a: A - Agricultura; B - Pesca; C - Indústrias Extractivas; D - Indústrias Transformadoras; E - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água; F - Construção; G - Comércio por Grosso e a Retalho; H - Alojamento e Restauração; I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K - Actividades Imobiliárias; L - Administração Pública, Defesa; M - Educação; N - Saúde e Acção Social; O - Outros Serviços; P - Famílias com Empregados Domésticos; Q - Organismos Internacionais.

³⁶ Exceptuem-se aqui os casos relacionados com as pescas que inclusive envolvem populações de um dos bairros alvo do estudo, o Rocha Pinto, pela sua proximidade de zonas tradicionalmente habitadas por pescadores e daí que talvez as actividades do sector primário possam ter sido sobreconsideradas.

Refira-se ainda que a actividade considerada como mais importante em termos de rendimentos das famílias é o comércio.

Se a percepção sobre o tipo de trabalho em meio urbano coloca o assalariamento formal no centro das expectativas e aspirações dos indivíduos³⁷, a forma como este se desenvolve não é contudo canónica. Os empregos são normalmente obtidos através da consulta a amigos (43,2%), através da visita a empresas (32,4%) ou através da consulta a parentes (16,3%) (IDR, 2001)³⁸; o desempenho das profissões formais é atravessado por uma série de práticas cujos proveitos revertem não a favor dos empregadores mas sim dos próprios trabalhadores; as redes de reciprocidades e “esquemas” que se desenvolvem são múltiplas (RODRIGUES, 1997), entre outros aspectos. Daí que seja possível afirmar que o sector formal é atravessado por informalidades, que aliás caracterizam grande parte das relações sociais em Luanda. Em todo o caso, certamente que o trabalho no sector formal terá uma valorização diferente já que permite, por um lado, o acesso a um rendimento fixo (por muito reduzido que seja) e o acesso a redes ligadas às empresas ou ao Estado, já para não referir o reconhecimento social e o prestígio que a ele estão associados. Este é um indicador que, sendo geral em termos de urbanidade, se encontra igualmente referenciado nas percepções dos indivíduos acerca daquilo que caracteriza as actividades económicas marcadamente urbanas. Em termos gerais e através dos dados obtidos pelas entrevistas, conclui-se que predominam as actividades geradoras de rendimentos ligadas ao informal e à pluriactividade. No entanto, a economia urbana em Luanda inclui não só este vasto sector mas também um sector formal mais restrito no qual se incluem as actividades ainda mais restritas relativas aos rendimentos da venda e exploração do petróleo. Este facto parece demonstrar o carácter misto e múltiplo e variado das actividades económicas, as combinações múltiplas e variadas que os indivíduos e famílias desenvolvem.

Esta multiplicidade e combinações variadas resultam e constituem apanágio das estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias que apresentam um carácter dispersivo no que diz respeito aos recursos (RODRIGUES, 2003a; COSTA & RODRIGUES, 2003). Dessa forma, a organização e estruturação familiar seguem um modelo flexível que permite articular e complementar os recursos, constituindo, no entanto, os laços familiares e o parentesco a base da constituição deste grupo solidário fundamental.

Este pressuposto implica o predomínio da família alargada em meio urbano³⁹, apesar das pressões no sentido da nuclearização que o modelo urbano pressupõe. Esta tendência para a nuclearização das famílias já tinha sido referida como um dos modelos onde tendiam a inserir-se as famílias urbanas angolanas até ao final do período colonial (MONTEIRO: 1973) e é aquele que caracteriza outros modelos urbanos ocidentais. Este tipo de organização familiar é o oposto daquele que se verifica em meio rural onde predominam as famílias extensas. Aliás a própria composição das unidades domésticas em meio urbano africano revela a tendência para o modelo da família nuclear com um mínimo de membros do grupo alargado mas não excluindo a manutenção de relações estreitas com o grupo extenso (CANEL et al., 1990:32). Se no modelo da família extensa as redes de

³⁷ Referido pelos entrevistados. Este facto também é constatável através da análise das causas de migração para a cidade que têm, em larga escala, uma relação muito estreita com a procura de emprego e de formas mais seguras de obtenção de rendimentos; aqui o assalariamento está também relacionado com as necessidades sentidas quanto à monetarização das relações de trabalho.

³⁸ Ver também RODRIGUES, 1997.

³⁹ Ver o relatório de Antropologia sobre Luanda (RODRIGUES, 2003a).

solidariedade abarcam todos os membros das famílias, na família alargada verifica-se antes a constituição voluntária de um grupo solidário, baseada em laços de parentesco que recruta ou acolhe membros de diferentes graus. Consideram-se famílias nucleares aquelas que são constituídas pelos pais (ou um progenitor) e os filhos, famílias extensas aquelas onde os laços de parentesco se estendem e inter cruzam diversos agregados/casas num mesmo espaço territorial (normalmente amplo) e família alargada aquela que não inclui necessariamente todos os membros consanguíneos ou por afinidade mas sim cuja cooptação (sob a designação dos termos do parentesco) é feita através do estabelecimento de relações de solidariedade, de entreaajuda e cooperação a diversos níveis.

Na maior parte dos casos registados nas entrevistas (81%)⁴⁰ a família é do tipo alargada. Nos inquéritos apenas é possível inferir, em relação aos agregados, que o modelo nuclear também não é dominante porque para um número relativamente equiparado de chefes de agregado familiar (556) e cônjuges (491) se encontra um grande número de filhos (2054) e um também grande número de outros membros (943). Aliás a percentagem de agregados familiares com dez e mais pessoas em Luanda é elevada (17%) (IDR, 2001), o que pode indiciar uma tendência para a extensão dos laços familiares num mesmo agregado, indicando igualmente que esta possibilidade é válida em termos de uma rede ainda mais ampla. As famílias alargadas incluem, nos casos mais frequentes, um casal, os filhos e os sobrinhos. Nos outros casos, também abundantes, estes membros mais os netos, pais, cunhados, primos, irmãos, netos e bisnetos. Ressalve-se que existem agregados que à primeira vista podem parecer tratar-se de casos de famílias/agregados nucleares mas cuja análise mais aprofundada e tendo em conta o conjunto do talhão (o quintal) onde se inclui a casa revelam que se tratam antes de casos em que várias famílias nucleares habitam um mesmo talhão e que funcionam como uma única unidade: as refeições são feitas em conjunto, existe entreaajuda entre as diversas casas, existem actividades económicas e negócios em comum, as crianças estão a cargo de um membro da família comum, etc.

Quanto ao número de filhos dos casais, existe a tendência entre as famílias mais urbanizadas para uma redução dos mesmos, descrita nas análises e estudos demográficos a nível mundial, não sendo o mesmo verdade para os países onde se regista uma transição demográfica⁴¹. Além disso, a participação da mulher na economia doméstica, cada vez mais elevada em Luanda, não é acompanhada por mudanças em termos de mentalidades e a reprodução biológica é alvo de valorizações positivas de grande importância: "A maternidade revela-se, numa gama muito generalizada de circunstâncias, a única via para uma mulher, mesmo nos dias de hoje, aceder ao pleno estatuto de entidade social" (CARVALHO, 1997:143). Nos inquéritos não existe informação sobre o número de filhos de cada agregado. Apenas é possível estabelecer um número médio de filhos a partir dos valores totais de chefes de agregado familiar inquiridos (556) e o número de filhos totais registados (2054). Já nas entrevistas encontram-se os valores percentuais mais elevados para as famílias com poucos filhos (entre 0 e 2 filhos, 42% dos entrevistados) enquanto que as famílias com muitos filhos, mais de 5, representam 38% dos entrevistados. Há que fazer a ressalva que o número de filhos declarados pode ainda corresponder ao número de filhos do chefe de família com o cônjuge que habita naquela casa onde foi realizada a entrevista e nesse caso pode não corresponder a uma redução da natalidade, sinal de

⁴⁰ Não foi possível obter este tipo de indicador em relação aos inquéritos.

⁴¹ Manutenção de elevadas taxas de natalidade e de mortalidade.

maior urbanidade mas sim a manutenção de sistemas poligâmicos, caracteristicamente tradicionais. Mais uma vez a análise em termos de agregado dificulta a percepção das tendências em termos de família.

O tipo de casamento característico das famílias mais urbanizadas é o que recorre ao acto civil ou a este em conjunto com o casamento religioso numa das igrejas do tipo mundial/universal. Em termos rurais, em Angola predomina o casamento segundo as regras “tradicionais” e normalmente com recurso ao alembamento⁴². Esta perspectiva baseia-se nas próprias percepções dos indivíduos sobre este aspecto, descritas nas entrevistas, mas não invalida que quase todas as famílias em meio urbano revelem uma preferência pelo casamento tradicional. A informação sobre o tipo de casamento nos inquiridos é inexistente. Apenas é possível obter os valores relativos aos estados civis, dados pouco interessantes para a análise dos modelos correspondentes ao tipo de casamento. Os dados do IDR 2001, que entram em consideração com as uniões de facto, revelam que em Luanda (53,5% dos homens e 44,7% das mulheres) das pessoas inquiridas são solteiras enquanto que (34,2% dos homens e 32,6% das mulheres) se inserem em uniões de facto e apenas (8,1% dos homens e 7,5% das mulheres) são casados. Esta distribuição revela, em todo o caso, que o estado civil considerado tanto pelos inquiridores como pelos inquiridos como sendo “legítimo” é aquele que implica o casamento civil ou religioso. Os dados sobre os casamentos tradicionais não são incluídos, muito embora correspondam a uma grande maioria dos casamentos realizados em Luanda. Apesar de apenas em 52 entrevistas (em 80) existirem informações precisas sobre o tipo de casamento, é claro o predomínio do casamento tradicional (45 casos). Destes, 35 casamentos são declarados terem sido feitos com alembamento. Os casos de casamentos marcadamente urbanos (religioso apenas, religioso e civil ou só civil) são apenas três. Os entrevistados que se referem a casamentos mistos (religioso/civil e tradicional) são apenas quatro. É interessante referir que no Boa Esperança não foi entrevistada nenhuma família cujo casamento fosse do tipo civil/religioso⁴³ e que é no 11 de Novembro que se encontram mais referências aos casamentos mistos tradicionais/religiosos, embora não sejam significativos em termos percentuais.

Tipo de casamento por bairro (entrevistas)

| | Rocha Pinto | Boa Esperança | 11 Novembro |
|-----------------------|-------------|---------------|-------------|
| Tradicional | 13 | 19 | 13 |
| Tradicional/religioso | 0 | 1 | 3 |
| Civil/religioso | 2 | 0 | 1 |

As famílias que declaram a poligamia (CR11N6, SA11N1, GSRP26, CSRP7, SARP11, CSBE4) são reduzidas, sendo no entanto possível através das entrevistas inferir que esta é uma prática comum em meio urbano e que não se tem registado uma alteração significativa em relação às práticas dos últimos anos, exceptuando-se talvez a redução da capacidade da parte dos homens de suportar várias “casas” num contexto de depauperação generalizada. Em suma, pode ser considerado um predomínio das famílias alargadas, com número elevado de filhos e com um tipo de casamento tradicional. A família alargada funciona como unidade fundamental e flexível das estratégias de sobrevivência e de reprodução, desempenhando um papel igualmente fundamental no que se refere às redes

⁴² Prestação matrimonial devida à família da noiva. Ver o relatório de Antropologia (RODRIGUES, 2003a).

⁴³ Apenas um chefe de agregado familiar respondeu ter realizado um casamento tradicional e religioso.

de solidariedade de maior importância e ao acolhimento de parentes migrantes. Por outro lado, acrescente-se que a par com a manutenção dos níveis elevados de natalidade, continua a ser frequente a partilha de responsabilidades relativas às crianças e a sua guarda comum por parte de membros de uma mesma família. A solidariedade da família alargada revela-se igualmente na manutenção do casamento do tipo tradicional que permite alargar e reforçar as redes de solidariedade e a ligação à terra de origem, não sendo o casamento "oficial" e/ou religioso uma tendência.

A manutenção das cerimónias e preceitos tradicionais como o casamento tradicional, bem como o recurso generalizado à medicina tradicional e a manutenção dos ritos funerários ancestrais⁴⁴ permeiam a sociedade luandense de uma forma geral. Existem nas entrevistas inúmeras referências à manutenção e à importância atribuída aos rituais funerários (kombas). Os óbitos envolvem toda uma série de rituais que são mantidos e pouco alterados por parte da população migrante (MONTEIRO, 1973:404). Não existindo nas entrevistas nem nos inquiridos referências ou descrições relativas às práticas de feitiçaria, existem contudo um número significativo de referências a práticas profiláticas e propiciatórias tradicionais (curandeiros, ervanários), e em várias entrevistas são relatadas as especificidades destas profissões, acompanhadas da observação da adesão e consulta substancial destes médicos tradicionais por parte de inúmeros "clientes". Algumas destas práticas e destes profissionais podem ter a sua actividade restringida a um determinado bairro ou a um quarteirão, existindo contudo casos (como do entrevistado Papá Kitoko, um médico tradicional) em que tanto o local onde é exercida a actividade como o número de clientes têm registado um crescimento significativo nos últimos anos. Este tipo de racionalidades e práticas relativas ao religioso são, no entanto, atravessadas por tendências modernas e relativas à urbanidade que se traduzem na adopção e prática de religiões de carácter universal. O sincretismo religioso revela-se não só na mistura de elementos ao nível de cada uma das religiões e em especial entre as seitas mais recentes mas também na generalização da opção religiosa individual de uma religião de tipo mundial (católica e protestante as predominantes) em simultâneo com a manutenção de práticas e crenças relacionadas com as religiões tradicionais: a feitiçaria, os rituais funerários, os rituais matrimoniais.

Em relação à religião praticada, é entre os indivíduos e grupos mais urbanizados e mais integrados nas tendências globalizantes que se encontra uma maior incidência das religiões do tipo mundial/universal, como a católica ou a protestante já que são estas que mais prematuramente penetram em Angola através das vagas de evangelizações associadas à colonização. Por outro lado, constitui um indicador importante de urbanidade a possibilidade de maior escolha a nível religioso, por oposição ao conservadorismo das religiões animistas tradicionais, revelada na inserção quer nas igrejas introduzidas pela evangelização (igrejas mundiais) quer naquelas mais recentes, algumas vezes consideradas seitas. O facto de se afirmar que não se tem ou se pratica uma religião é também indicador de um certo grau de autonomia quanto aos valores "tradicionais" já que traduz esta mesma liberdade de escolha em termos religiosos.

Uma questão permanece relativamente à atribuição às novas religiões e seitas que surgem de um carácter mais ou menos urbano. Tomando em consideração algumas distinções quanto às diferentes religiões e cultos e quanto às datas da sua implantação em Angola,

⁴⁴ Apesar de algumas variações que podem ser registadas em relação à sua forma original e apesar da tendencial "homogeneização" urbana de determinadas cerimónias e cultos.

obtem-se algumas variações que revelam a existência de pelo menos três grandes grupos: aquele que inclui as religiões mundiais com implantação em Angola no século XIX; o conjunto das religiões mais recentemente introduzidas (início e meados do século XX) e por fim as ainda mais recentes, como as seitas, que começam a banalizar-se nos anos 80 e 90. Esta distinção pode revelar que existe uma adopção de ideologias e práticas religiosas urbanas de diferentes tipos, umas que podem ser herança do meio rural (que também sofreu a influência das evangelizações) ao mesmo tempo que podem significar urbanidade (as religiões mundiais), outras que estão certamente mais ligadas aos modos de vida urbano – as mais recentes e as seitas. Em termos de respostas às questões sobre a religião, os inquiridos revelam que existe um claro predomínio das religiões mundiais (31% de católicos e 29% de protestantes). As religiões recentes são adoptadas por 25% dos inquiridos, constituindo as não reconhecidas 4% do total. Nas entrevistas regista-se também um predomínio claro das religiões do tipo mundial (42 entrevistados, 52%), seguidas das religiões recentes (11%) e por fim das igrejas mais pequenas ou vulgarmente designadas por seitas⁴⁵ (9%). Estas diferenças em termos percentuais podem ser explicadas pelo facto de nos inquiridos se considerarem todos os membros dos agregados familiares e nas entrevistas apenas a religião dos chefes.

Igrejas (Inquiridos)

| | | | | |
|------------|--------------|-----------------------------------|---|-----|
| Muçulmanas | | 8 | 8 | |
| Cristãs | Católicas | 675 | 675 | |
| | Protestantes | Tradicionais (456 ⁴⁶) | Igreja Metodista Independente Episcopal Africana 55 Igreja Evangélica Baptista em Angola (IEBA) 105 Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA) 10 Igreja Evangélica Luterana de Angola (IERA) ⁴⁷ 6 Presbiteriana 4 | 636 |
| | | Evangélicas (27 ⁴⁸) | Missão Evangélica da Reconciliação em Angola (MER) 14 Assembleia de Deus Pentecostal 43 Pentecostal 184 Adventista do 7ºDia 36 | 304 |

⁴⁵ Algumas destas igrejas possuem apenas um local de culto (que pode inclusive ser um local improvisado num quintal de uma casa) ou integram um número muito reduzido de membros. Outras, por seu turno, estão em clara expansão como a Igreja Maná ou a Universal do Reino de Deus.

⁴⁶ Resposta no inquérito "Protestante".

⁴⁷ Este dado deve ser cruzado com os originários do Cunene já que é apenas nesta zona que esta igreja se implanta.

⁴⁸ Resposta no inquérito "Evangélica".

| | | | |
|----------|--------------------------------|---|-----|
| Recentes | Reconhecidas | IURD 3 Testemunhas de Jeová 151 Kimbanguista/Tocoísta 166 Igreja Apostólica Africana 9 Igreja Fraternidade de Pentecostes em África e em Angola: Bom Deus 90 Igreja Maná 4 Igreja Nova Apostólica 23 Igreja Espírito da Verdade (BIMA) 5 Irmãos de Plymouth 7 | 458 |
| | Não Reconhecidas ⁴⁹ | | 92 |

De qualquer modo, é clara a profusão de igrejas e religiões a que fazem referência inquiridos e entrevistados e a sua classificação ou agrupamento são dessa forma difíceis. A igreja católica e a protestante são dominantes nos três bairros, especialmente nos mais urbanizados (Rocha Pinto e 11 de Novembro). Note-se ainda que a análise da distribuição das religiões por bairros coloca em evidência que o número de protestantes é mais elevado do Boa Esperança, o que poderá corresponder ao referido predomínio de populações oriundas do Sul do país neste bairro, onde as religiões de inspiração protestante sempre tiveram um maior número de adeptos.

Religião (entrevistas)

| | Rocha Pinto | Boa Esperança | 11 Novembro |
|-----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Católica | 9 | 3 | 7 |
| Protestante | 2 | 5 | 3 |
| Pentecostal | 1 | 2 | 2 |
| Baptista | 0 | 3 | 1 |
| Testemunha Jeová | 0 | 1 | 3 |
| Metodista | 2 | 4 | 0 |
| Outras/seitas | 3 ⁵⁰ | 3 ⁵¹ | 1 ⁵² |
| Não tem | 0 | 0 | 3 |
| Não sabe/Não responde | 9 | 7 | 5 |
| Total | 26 | 28 | 26 |

Datas de estabelecimento em Angola de algumas Igrejas referidas

| | | | |
|----------------------|------|-----------------------|------|
| Católica | 1491 | Testemunhas de Jeová | 1952 |
| Metodista | 1885 | Kimbanguista/Tocoísta | 1950 |
| Baptista | 1887 | Apostólica Africana | 1956 |
| Congregacional | 1880 | Bom Deus | 1981 |
| IERA | 1925 | Maná | 1989 |
| Luterana | 1952 | Nova Apostólica | 1983 |
| Adventistas do 7ºDia | 1921 | BIMA | 1990 |

Fonte: VIEGAS, 1998

⁴⁹ Ministério Combate Espiritual, The Way, Mpeva Longo, Bom Pastor, Igreja de Deus Mundial, Boa Nova, Catenda, Igreja Deus Vivo, IFARA, Messiânica, Monte Sinai, Aleluia, Christian Science, Igreja de Jesus, Carmel

⁵⁰ Bento Protestante, IURD, Adventista.

⁵¹ Evangélica dos Irmãos, Deus Mundial, Bom Deus.

⁵² Coluna de Fogo.

É portanto seguro afirmar que a manutenção e em alguns casos o reforço de práticas religiosas e rituais de origem tradicional se mistura com a tendência crescente das religiões tanto mundiais como das seitas mais recentemente introduzidas em Luanda. O sincretismo referente ao religioso é uma realidade em meio urbano e aquilo que melhor caracteriza as formas de inserção na actualidade. Note-se contudo que, embora quase residualmente, se registam alguns casos onde os indivíduos afirmam não possuir ou praticar qualquer tipo de religião, o que poderá ser indicador de uma maior liberdade religiosa.

Uma outra variável considerada na análise da urbanidade diz respeito à escolarização. É em meio urbano que tradicionalmente se encontra um maior e mais vasto conjunto de infra-estruturas escolares e é também aqui que o acesso de um maior número de indivíduos ao sistema de ensino é desde mais cedo possibilitado. Para além disso, a instituição escolar e o acesso a posições sociais mais favoráveis através desta constitui não só uma tendência urbana global mas também se encontra no centro das racionalidades relativas à urbanidade, quer herdadas do sistema colonial quer desde aí reforçadas. Nos inquéritos regista-se um predomínio claro dos níveis médios de escolaridade (2º nível) que representam 37% dos chefes de família enquanto que existe uma proximidade entre os níveis baixos (até ao 1º nível) e os níveis elevados (igual ou acima do 3º nível): 19% e 21% respectivamente.

Escolaridade (Inquéritos)

| | 11 Novembro | Rocha Pinto | Boa Esperança | Total |
|--------------|-------------|-------------|---------------|-------|
| 1º Nível | 15 | 20 | 21 | 56 |
| 2º Nível | 23 | 34 | 33 | 90 |
| 3º Nível | 23 | 66 | 26 | 115 |
| Médio | 24 | 62 | 16 | 102 |
| Bacharelato | 2 | | | 2 |
| Superior | 1 | 10 | | 11 |
| Nenhum nível | 11 | 7 | 19 | 37 |
| Não estudou | 6 | 2 | 3 | 11 |
| NS/NR | 24 | 54 | 55 | 133 |
| Total | 129 | 255 | 173 | 557 |

Nas entrevistas existe uma aproximação entre os valores dos níveis de escolaridade baixos e médios (30% e 28%, respectivamente). Já os chefes de agregados com altos níveis de escolaridade representam 14%. Apenas uma ressalva se refere às diferenças entre bairros: no Boa Esperança predominam níveis de escolaridade mais baixos enquanto que no Rocha Pinto e no 11 de Novembro predominam os 2º e 3º níveis, o que pode reforçar a ideia de que a níveis de escolaridade mais elevados correspondem populações mais cedo urbanizadas. A instituição escolar, colocada no cerne das estratégias de reprodução, revela a deslocação das formas de ascensão social e de reprodução do quadro da família para as estruturas criadas e fomentadas pelos Estados modernos e pelos modos de vida ocidentais (BOURDIEU, 1994). Embora seja incipiente ou incompleta esta deslocação em Angola, a tendência é referida nos últimos anos da colonização (MONTEIRO, 1973) e constitui uma das referências por que se guiam os investimentos das famílias. Em todo o caso, nos últimos anos as possibilidades de aceder a graus mais elevados de escolaridade (ou à escolaridade de todo) dependem em larga medida das condições objectivas que se

verificam ao nível do ensino e que têm sido acompanhadas de uma degradação do sistema de ensino, aliada à sobrelotação acelerada das instituições devido às migrações para as cidades. E note-se ainda a importância que neste processo representam as capacidades reais das famílias para escolarizar todos os seus membros com os recursos financeiros de que dispõem. Não deixa contudo de ser importante assinalar que este indicador, de tendência global e referido pelos entrevistados como importante no que diz respeito à integração e ascensão social em meio urbano, é, a par com a habitação e o acesso aos bens de consumo, aquele que se encontra mais condicionado pelas possibilidades económicas das famílias e pela existência de infraestruturas adequadas. Mas isto não lhe retira a valorização atribuída pelos indivíduos e grupos, quer em termos ideais quer em termos da distinção social.

As capacidades económicas diferenciadas encontram tradução em termos materiais nas formas da habitação e no apetrechamento das casas, bem como no acesso a bens diversos. Alguns indicadores de urbanidade relativos às casas revelam as tendências que o meio urbano tende a generalizar e influenciar os modos de vida. Por exemplo, a construção no interior das habitações, de casas de banho e/ou de cozinhas constituem elementos diferenciadores do modo de vida rural. Em conjugação com estes indicadores, há ainda que considerar o apetrechamento das casas e o acesso a infraestruturas (formas de obtenção de água, de energia e o combustível utilizado para cozinhar) que, conjugados com estes indicadores, revelam simultaneamente as aspirações das famílias e as condições físicas e objectivas em que vivem. Os indicadores relativos são ao mesmo tempo indicadores de um nível de rendimentos mais elevado, anterior ou actual. Daí que perante a diversidade de situações económicas que caracterizam os percursos das famílias no que diz respeito à construção e ao apetrechamento das casas, os elementos “modernos” e urbanos tendem a irromper por todo o lado em graus diferenciados, de forma mista e também ela sincrética, revelando, na medida do possível e alcançável, as influências da urbanidade.

Assim sendo, apesar de ser possível, a partir de uma série de indicadores como os acima descritos, identificar grupos mais urbanos e menos urbanos, não existe uma correspondência directa da urbanidade com a riqueza material. Tomando em linha de conta indicadores objectivos e subjectivos para a definição da urbanidade, é possível constatar que a uma determinada racionalidade sobre a urbanidade e sobre o modo de viver urbano nem sempre correspondem situações concretas de tradução em determinado tipo de bens ou o acesso a infraestruturas. Da mesma forma, as condições materiais das habitações (como a posse de electrodomésticos, o tipo de combustível utilizado, o tipo de saneamento básico, a forma de acesso à água ou à energia) não coincidem com determinado tipo de perspectiva ou prática relativamente às actividades económicas, à organização da família, a escolarização, etc. Da mesma forma, a existência de um conjunto significativo de condições materiais notoriamente mais modernas e correspondendo a um modo de viver urbano, não têm necessariamente uma correspondência com determinado tipo de ideologia ou prática mais ou menos urbana.

Em primeira instância, as possibilidades materiais (rendimentos, existência de infraestruturas) determinam o acesso a determinado tipo de bens ou serviços mas não explicam as lógicas presentes nem indiciam as aspirações que os indivíduos e grupos possuem em relação à urbanidade. “O tipo de habitação [em Angola] em que vive o

agregado por si só não é suficiente para explicar a pobreza" (GMCVP, 1998:12)⁵³ bem como o consumo e o acesso a determinado tipo de bens não corresponde a um maior ou menor grau de urbanidade. No que se refere às infraestruturas, elas estão directamente relacionadas com o maior ou menor grau de urbanização dos bairros e da existência de redes de saneamento, abastecimento de água ou de energia eléctrica, para além das condições proporcionadas pelos rendimentos das famílias. No que toca às densidades de membros por divisão das casas, indicador de diferentes condições materiais, elas poderão estar também relacionadas com o facto de existir ou não espaço e/ou materiais disponíveis para a construção, com o facto de algumas situações (em especial o acolhimento de familiares deslocados) serem mais ou menos transitórias e também com as possibilidades financeiras de autonomização de cada um dos membros dos agregados. O indicador de distribuição de pessoas por quartos de dormir sendo bem aceite como indicador de maior ou menor pobreza (GMCVP, 1998:13), não tem neste caso, sempre uma correspondência com a urbanidade.

Perante a diversidade e a hibridez dos processos de transformação e recomposição social, a definição de grupos sociais encontra-se dificultada e a sua análise merece a consideração e relativização de inúmeros aspectos relacionados com os indicadores. Em todo o caso, é seguro apontar a urbanidade como um dos elementos mais importantes que concorrem para a configuração e definição de estratos sociais diferenciados. Grande parte das questões relativas à sociedade urbana em Luanda só podem ser entendidas à luz de conceitos como "formas mistas" e "formas mestiças". Os processos de transformação social em meio urbano integram elementos das novas realidades urbanas em simultâneo com aspectos do *habitus* tradicional do meio rural. Este é um processo cujo dinamismo prevê permanências e rupturas. Em todo o caso, é de assinalar a tendência gradualmente reforçada para a classificação dos indivíduos, na cidade, em termos de sua maior ou menor urbanidade.

Conclusões

Em termos de estruturação social, ela não se configura através da posição relativa dos grupos e dos indivíduos isoladamente mas para a aquisição de um estatuto concorrem factores de outras ordens. Mantendo-se a família como o grupo social que serve de base às estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias, é essencialmente no seio desta que os indivíduos adquirem e constroem um estatuto social, com base na senioridade, no género e com a capacidade de estabelecer dependências (em especial económicas). Em todo o caso, algumas transformações de cariz social se vão registando em Luanda e especialmente nos bairros periféricos que se prendem com a construção de novas formas de solidariedade, adquirindo especial relevo as igrejas e o desenvolvimento de actividades económicas em comum.

O tecido social em Luanda encontra-se numa fase de recomposição que incorpora elementos de diversas influências. Por um lado, a herança política, económica e social das diferentes fases históricas encontram-se representadas ao nível da organização social: as elites constituídas durante o período colonial através das famílias de assimilados perpetuam a sua influência, adaptando-a às ideologias da urbanidade, o mesmo

⁵³ E isto por uma série de razões, nomeadamente a subvenção de rendas por parte do Estado, o que em todo o caso não se aplica a todos os bairros periurbanos.

acontecendo com as elites constituídas após a independência e ligadas à *nomenklatura*. Começam, simultaneamente, a constituir-se elites associadas à economia de mercado, uma burguesia cujo papel se começa a esboçar apenas nos últimos anos. O elemento comum a estes grupos diferenciados corresponde à integração em maior grau dos aspectos relativos uma forma de pensar e de viver a cidade tipicamente ligada à modernidade. Em todo o caso, permanecem no centro da organização e estruturação social de base os grupos solidários constituídos em rede e organizados verticalmente. Estes grupos – pelo seu cariz essencialmente familiar e pelo carácter personalizado das relações que se estabelecem – não são tendencialmente abrangentes de forma a constituir camadas horizontais diferenciadas. As reciprocidades que constituem a base da estruturação destes grupos possuem, nesta medida, um alcance limitado e balizado pela capacidade de gestão de um número limitado de membros.

Os grupos que na actualidade evidenciam uma tendência para constituição de estratos sociais diferenciados relacionam-se com o grau de integração urbana. Apenas o grupo de cariz étnico que inclui indivíduos e famílias originárias do Norte do país parece encontrar uma certa homogeneidade e solidariedade transversais, destacando-se dos restantes.

A época actual pode ser percebida não só em termos de uma transição entre modelos sociais diferentes mas também como resultado de uma incorporação numa matriz social e cultural de base de elementos inéditos. O sistema colonial, o período de governação central e a economia de mercado introduzem mudanças em termos sociais que não chegam a ser plenas e, em certos casos, superficiais. A estruturação social processa-se através da incorporação de normas, valores e práticas numa simultaneidade que coloca em evidência a mestiçagem e a hibrididade. O modo de vida urbano e as transformações sociais não são incorporados por todos os grupos e por todos os indivíduos da mesma forma. Esta mestiçagem diferenciada e multifacetada é revelada nas formas de viver, quer em termos das práticas sociais quer em termos do acesso e das escolhas relativas aos bens e benefícios proporcionados pelo modo de vida urbano.

A sociedade luandense caracteriza-se pela mistura de elementos urbanos e rurais, numa *bricolage* permanente e ainda sem grandes tendências definidas que atravessa múltiplos aspectos como as actividades económicas, a religião ou a família. Existindo, contudo, uma valorização de certos aspectos marcadamente urbanos e de certa forma coincidentes com a "modernidade", aliada a uma diferenciação social entre urbanos e rurais, é possível perspectivar uma acentuação das diferenças entre grupos mais urbanos por oposição aos estratos menos urbanos. Os níveis de rendimentos e a capacidade de aceder aos bens, às instituições e às estruturas urbanas, reforçam esta diferenciação social.

Referências

- AMADO, F. et al. (1992) "A Urbanização e Desurbanização em Angola", *Cadernos de População e Desenvolvimento*, vol.1 (1), pp.57-91
- AMARAL, I. (1983) "Luanda e os seus Muceques: problemas de geografia urbana", *Finisterra*, 18 (36), pp.293-325
- BOURDIEU, P. (1994) "Stratégies de Reproduction et Modes de Domination", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº105, Paris: Seuil
- CANEL, P. et al. (dir.) (1990) *Construire la ville africaine: chroniques du citoyen promoteur*, Paris: Karthala, 197 p.

- CARNEIRO, L. (1987) "A propósito do Recenseamento de Luanda de 1983: novos aspectos geográficos", *Garcia de Orta*, Série de Geografia, vol. 12 (1-2), pp. 41-66.
- CARVALHO, R. D. (1997) *A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita: fitas, textos e palestras*, Luanda: INALD, 171p.
- CASTRO HENRIQUES, I. (1997) *Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, 836p.
- COSTA, A. & RODRIGUES, C. (2003) "Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social de Famílias nas periferias de Luanda e Maputo", relatório do projecto *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa – FCT.
- COSTA, A. & RODRIGUES, C. (2001) Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo, CEsa: *Estudos de Desenvolvimento*, 8, pp.69-81
- COSTA, A. & RODRIGUES, C. (2002) "Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo", *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.113-122
- DE BOECK, F. (1998) "Domesticating Diamonds and Dollars: identity, expenditure and sharing in southwestern Zaire (1984-1997) ", *Development and Change*, 29 (4), pp.777-810
- DEI, G.J.S. (1992) A Ghanaian Town Revisited: changes and continuities in local adaptative strategies, *African Affairs*, nº362, pp.95-120
- DORIER-APPRIL, E. et al. (dir.) (1998) *Vivre à Brazzaville: modérnite et crise au quotidien*, Paris: Karthala, 383p.
- FERREIRA, M. E. (1999) *Indústria e Guerra (Angola, 1975-1991)*, Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 582p.
- GESCHIERE, P. (2000) "Process of Disaggregation and Social Recomposition: the village and new modes of the "Politics of Belonging", comunicação apresentada na Conferência Internacional "África na Viragem do Século", Lisboa: ISCTE, 20-23 Setembro
- GIDDENS, A. (1997) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora, 2ª ed., 215p.
- GMCVP-INE (1998) *Nota da Pobreza*, Luanda: INE, 18p.
- IDR – Índice de Despesas e Receitas dos Agregados (2001), Luanda: INE
- INE (1997) Classificação das Actividades Económicas em Angola, 188p.
- JORGE, M. (1998) *Para Compreender Angola*, Lisboa: Dom Quixote, 296p.
- KASACK, S. (1996) "Os Musseques de Luanda: problemas do desenvolvimento urbano", *Garcia de Orta*, Série de Geografia, Lisboa, nº 15 (1), pp. 65-78.
- LOCOH, T. (1993) "Formes Modernes et Traditionnelles de Solidarité", in: CHASTELAND, J.-C. et al. (dir.) *Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique*, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique", INED: Congrès et Colloques, nº13, pp.215-234
- LOPES, C. et. al. (2003) "Economia urbana de Luanda e Maputo", relatório do projecto de investigação *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa – FCT.
- LUKOMBO, J. B. (1997) "Comunidades e Instituições Comunitárias em Angola na Perspectiva do Pós-Guerra: o caso das populações de origem Bakongo "regressadas" da ex-República do Zaire e fixadas no tecido peri-urbano luandense", *Ngola – Revista de Estudos Sociais*, Luanda, nº 1, pp. 251-278.
- MATOS, N. (1944) *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol.II, Lisboa, Ed. Marítimo-Colonial, Lda.
- MARIE, A. (1998) *L'Afrique des Individus: itinéraires citadins dans l'Afrique contemporaine (Abidjan, Bamako, Dakar, Niamey)*, Paris: Karthala, 436p.
- MBEMBE, A. (2000) "Récompositions Sociales", comunicação apresentada na Conferência Internacional "África na Viragem do Século", Lisboa: ISCTE, 20-23 Setembro
- MESSIANT, C. (1989) "Luanda, 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste", in CAHEN, M.(dir.), (*"Vilas et "Cidades") Bourgs et villes en Afrique Lusophone*, Paris, L'Harmattan, pp. 125-199.
- MICS – Inquérito de Indicadores Múltiplos (2001), Luanda: INE – UNICEF, resultados preliminares
- MITCHELL, J.C. (1987) *Cities, Society and Social Perception*, Oxford: Claredon Press, 336p.
- MONTEIRO, R. L. (1973) *A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*, Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 492 p.
- RAPOSO, I. & SALVADOR, C. (2003) "Habitar nos subúrbios de Luanda e Maputo", relatório do projecto de investigação *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa – FCT.

- ROBSON, P. & ROQUE, S.** (2002) *"Aqui na Cidade Nada Sobra para Ajudar". Buscando a Solidariedade e a Acção Colectiva em Bairros Periurbanos de Angola*, DW: Occasional Papers, nº3
- ROCHA, M.J.A.** (1997) *Economia e Sociedade em Angola*, Luanda: LAC, 237p.
- RODRIGUES, C.** (2003a) "Estratégias de Sobrevivência e Reprodução de Famílias em Luanda", relatório do projecto de investigação *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa – FCT.
- RODRIGUES, C.** (2003b) "Recomposição Social em Luanda e Urbanização: relatório da análise sociológica", relatório do projecto de investigação *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa – FCT.
- RODRIGUES, C.** (1997) *Empresa e Reprodução: contributos de um caso angolano*, tese de mestrado em Estudos Africanos, Lisboa: ISCTE, 162p.
- RODRIGUES, C. & SALVADOR, C.** (2000) "Luanda: o quotidiano nos musseques", *Cidades*, UCCLA, pp.20-26
- SOUSA, M. A. et al.** (1996) *Perfil da Pobreza em Angola*, Instituto Nacional De Estatística, Gabinete de Monitorização das Condições de Vida da População, Luanda, 96p.
- VENÂNCIO, J.** (1996) *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVII: um estudo de sociologia histórica*, Lisboa: Editorial Estampa, 227p.
- VIEGAS, F.** (1998) *Panorama Religioso em Angola: dados estatísticos (1987-1997)*, Luanda: edição da autora, 23p.